

Ensaios FEE, Porto Alegre, 3(2):57-65, 1983.

A VONTADE DE PODER HEGEMÔNICO* **A Política Externa de Reagan**

*Franklin Trein***

O debate político que levou Ronald Reagan à presidência dos Estados Unidos permitiu prever que sua vitória inauguraria uma nova era na política norte-americana (Etats-Unis, 1980, p.1). Reagan projetou-se no cenário político norte-americano como o representante mais próprio de um capitalismo em crise.

As bases políticas que apoiaram sua candidatura se constituíam sobretudo por setores menos dinâmicos da economia, setores de atuação mais tradicional e, por isso mesmo, de realização quase que restrita ao mercado interno (Ferguson, 1980, p.1). Outra de suas características é o fato de que foram atingidos só indiretamente nos primeiros momentos da crise. Só com o agravamento da situação nos últimos anos é que começaram a exigir mudanças urgentes na estratégia político-econômica do governo norte-americano. A alternativa que pareceu mais eficaz aos integrantes daquele setor foi a do retorno a condições de um período histórico anterior, marcado pelo exercício hegemônico do poder e pela prosperidade econômica.

O que ficou evidente mais uma vez, com a política republicana, foi que, para os setores mais conservadores do capital, a viabilidade do sistema capitalista supõe uma nação forte, um estado ágil e bem armado, com um governo ao qual não falte autoridade para exercer o poder com hegemonia dentro da comunidade internacional (McNamara, 1968).

Na análise que desenvolverei a seguir, para explicitar o que entendo por vontade de poder hegemônico do atual governo dos Estados Unidos, determinei inicialmente em uma rápida reconstrução do período que precedeu a chegada de Reagan à presidência. Como veremos, os momentos que precederam aquele acontecimento são relevantes para a compreensão do fenômeno Reagan.

* Trabalho apresentado na V Reunião Anual da ANPOCS.
Nova Friburgo, outubro de 1981.
Departamento de Filosofia, IFCS-UFRJ.

** Filósofo, Doutorado pela Universidade de Berlim, Professor do Departamento de Filosofia – IFCS da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1 — Da “Real Politik” à Trilateral

Mais surpreendente do que a ascensão de Ronald Reagan foi a chegada à presidência de James Carter quatro anos antes, um político que até então não era mais do que um governador da Georgia. O que significa dizer um estado sulista sem grande importância dentro da federação.

Carter representou, igualmente, uma tentativa de solução para o processo de desgaste econômico e político que vinha atingindo os Estados Unidos desde os últimos momentos da Guerra do Vietnã. Ele personificava uma tentativa de recuperação da legitimidade interna e externa da ordem capitalista. Gestado pela doutrina trilateralista, Carter significava o fim do pragmatismo, o fim da “real politik” de Kissinger. Um novo discurso e uma nova ordenação de valores inauguravam não só um estilo, mas ainda um processo diverso na condução política do estado norte-americano. Se a “diplomacia secreta” de Nixon e Kissinger conseguira dois grandes feitos — o desengajamento dos Estados Unidos da região de conflito no Sudeste da Ásia e a inclusão da China de Mao na comunidade internacional —, contudo o grande período de envolvimento na Guerra do Vietnã acrescido dos escândalos internos do Governo Nixon levaram os Estados Unidos a um processo de desgaste político sem precedente em sua história. Todos os êxitos da “real politik” não foram suficientes para devolver à nação norte-americana o poder que ela havia exercido em épocas anteriores. A demissão de Nixon representou o fim de um período de credibilidade e de hegemonia dos Estados Unidos no contexto internacional e, na mesma medida, uma crise no âmbito de sua própria política interna.

Ford tratou de arrumar o governo com as peças quebradas que restaram. Em sua chegada à Casa Branca, não trazia consigo nenhuma idéia renovadora. O vazio de legitimidade e representatividade que cercava a presidência não lhe deixava um espaço de ação muito maior do que aquele do Governo Nixon. Assim, apesar das medidas saneadoras da atmosfera política em que se vivia em Washington, mesmo com sua demonstração de firmeza e agilidade no exercício da presidência e com o apoio expressivo recebido do Congresso, o Governo Ford foi de continuidade do processo de desgaste, interno e externo, da imagem dos Estados Unidos como nação-líder do sistema capitalista.

Aquelas condições fizeram com que setores do capital norte-americano, com vínculos transnacionais, reagissem, apresentando uma proposta de solução à crise. Sob a liderança do grande capital financeiro, eles trataram de assumir o domínio da situação. Mais do que a economia, era a própria democracia liberal que apresentava sintomas de falência. Tornou-se urgente uma solução para a ingovernabilidade dos países capitalistas (Roberts, 1980). O Ocidente sentia-se totalmente desprotegido e necessitava de uma alternativa política que lhe devolvesse a confiança e a força, indispensáveis à sobrevivência de seu projeto histórico. A Comissão Trilateral foi criada com essa intenção.

2 — A Comissão Trilateral

A Comissão Trilateral constituiu-se, desde o seu início, como uma ampla associação multinacional de representantes de capitais nacionais e transnacionais e, ainda, de pessoas privadas, representativas de forças po-

líticas do mundo capitalista. Seus objetivos, se não continham nenhum projeto original, à medida que seu ideário se resumia na defesa do liberalismo econômico e da democracia burguesa, abrigavam, entretanto, um elemento relevante: uma nova compreensão das relações internacionais. A equação do poder não se resolvia mais na base das duas variáveis clássicas que definiam a polaridade entre Leste e Oeste. O mundo tornara-se complexo, multipolar, sua tensão distribuía-se segundo os hemisférios Norte e Sul. Se o eixo fundamental, formado pelos campos socialista e capitalista, permanecia uma realidade intransponível das relações internacionais, ao mesmo tempo a doutrina trilateralista buscava instituir a "responsabilidade coletiva", partilhada trilateralmente. Era a fórmula proposta pelos ideólogos da Comissão para devolver às democracias liberais burguesas a sua autoconfiança e aos Estados Unidos a condição de líder dentro do mundo capitalista: não por imposições de qualquer ordem, mas pelo consentimento de seus aliados (Crozier, 1975, Asmann, 1973).

Além das questões ligadas à segurança internacional também aquelas relativas ao comércio e à circulação de capitais sofreram a "síndrome trilateral". Vários focos de discussão foram criados, intensificaram-se os contatos multilaterais. Mesmo assim, o diálogo não produziu resultados significativos. As partes mantiveram suas velhas posições hierárquicas. Reproduziram-se as antigas lutas pela hegemonia do poder, e o diálogo converteu-se, em muitos momentos, em um monólogo autoritário. Apesar de toda a insegurança de Carter na condução de uma prática política trilateralista, foi possível às relações Norte-Sul ocuparem um lugar de relevância no diálogo entre as nações. A ruptura da articulação de poder, que privilegiava a tensão entre Leste e Oeste, permitiu ao Sul, que desde o início do processo de descolonização da África Negra vinha assumindo uma crescente presença econômica e política no mundo, ocupar pela primeira vez na história uma posição de interlocutor válido nas relações internacionais. Assim, apesar da falência do "diálogo Norte-Sul", não foi mais possível afastar a questão do subdesenvolvimento dos grandes temas que dominam a discussão da crise do capitalismo.

Se o objetivo da doutrina trilateral era o de preservar o sistema capitalista acima de tudo, a tentativa de praticar a responsabilidade multipolar e estabelecer um diálogo equitativo com o Terceiro Mundo mostrou que a inércia que domina o sistema capitalista tende a privilegiar, mais e mais, o exercício hegemônico do poder (Whitman, 1977, p.13). E a última fase do Governo Carter foi exemplar nesse sentido.

3 — A Recuperação do Poder Hegemônico

O desgaste da política formulada pela Comissão Trilateral pode ser avaliado através de muitos elementos, mas entre eles um foi particularmente indicativo de sua inconsistência, ou seja: a indecisão da equipe de Carter no trato das questões internacionais, decorrente da incapacidade de definir as suas verdadeiras prioridades. A evolução de seu governo permitiu acompanhar um crescente afastamento entre sua prática política e os ideais trilateralistas. A impossibilidade de reverter o processo de crise econômica, que atingia todo o sistema capitalista, obrigou Carter a tomar em consideração forças políticas estranhas ao grupo

no poder. E isso contribuiu para impor-lhe uma falência ainda mais definitiva, tanto no plano interno quanto no plano externo.

De início, as pressões crescentes e, por fim, a conquista do próprio poder através de Reagan foram obras de interesses, bastante definidos, de setores do capital sediado nos Estados Unidos. Uma de suas características, em contraposição àqueles grupos que sustentaram o projeto da Trilateral, é o menor grau de produção no âmbito do comércio externo. Sua realização restringe-se muito mais ao próprio mercado norte-americano. Aqueles setores entenderam que a recuperação da economia norte-americana, da qual eles são os representantes mais prósperos, não seria possível sem que ocorresse paralelamente, ou até mesmo com alguma antecedência, a recuperação política dos Estados Unidos no contexto internacional (Klare, 1981, p.1). Não se trata de uma simples questão de nostalgia da posição ocupada no primeiro plano da cena internacional. Muito mais do que isso, a lógica do sistema imperial exige, para o seu bom funcionamento, uma liderança incontestável na definição dos valores e dos parâmetros de progresso do capitalismo.

Mas a conquista de uma posição mais favorável, para melhor administrar a crise econômica internacional, sobretudo em benefício próprio, supõe algumas medidas de política interna (USA, 1981, p.134). Reagan expressa exatamente uma tentativa nesse sentido: a da rearticulação de forças econômicas e político-ideológicas internas que permita a recuperação do projeto nacional que animou historicamente os grandes momentos do expansionismo norte-americano. Assim, o governo republicano começou por um esforço de arregimentação e fortalecimento das forças político-econômicas no interior da nação.

Um primeiro problema que teve que ser enfrentado foi o da baixa produtividade do capital. Dentro da lógica política de Reagan, a mudança de uma tal situação exigiu, por um lado, a redefinição das inversões e, por outro, a disponibilidade de grande massa de recursos financeiros. Isso significa que não só as políticas públicas devem reestruturar seus gastos, até então, pouco ou nada produtivos, como no caso dos serviços, como ainda o próprio Estado deve aumentar consideravelmente a sua demanda junto aos setores potencialmente rentáveis da economia.

4 — A Indústria Bélica

A grande tarefa de Reagan é a recuperação política e a recuperação da "grande nação" (Klare, 1981, p.1). Na economia, o setor a ser acionado deve permitir uma realização segura do capital e não apresentar esgotamento pelo menos a médio prazo, nem de seus meios de produção e nem da tecnologia que o sustenta. Ora, nenhum outro setor preenche melhor essas exigências do que o da indústria bélica. A observação revela que os Estados Unidos dispõem neste momento não só de tecnologia adequada, mas ainda de grande capacidade de produção ociosa nos setores da indústria pesada e diretamente da indústria de armamentos (Thompson, 1981, p.4).¹ Por outro lado, a produção bélica caracteriza-se ainda pela ne-

¹ Sobre a situação da indústria pesada e mais especialmente da siderurgia nos Estados Unidos, ver o relatório para 1980 do American Iron and Steel Institute.

cessidade de grande volume de inversões e pelo fato de que o seu produto, tendo consumidor cativo, não entra na circulação normal das mercadorias (The New York Times, 5 mar.1981). Ele escapa assim às incertezas do mercado, assegura a realização do capital, e mais, permite uma manipulação conveniente de seus índices de rentabilidade. A produção de armamentos é supostamente, como ensinam os clássicos do próprio sistema capitalista, um setor que não gera inflação, outro fator, por suposto, não desprezível dentro da lógica da política econômica do atual governo norte-americano (Lavigne, 1981, p.1).²

Uma tal reorientação da economia exige mais do que somente condições materiais, ela necessita ainda de justificativas e legitimidade políticas. É aqui exatamente que se estabelece a complementaridade da economia e da política na estratégia de recuperação nacional de Reagan (Sanguinetti, 1981).

A primeira e mais fundamental redefinição tática é a do eixo de tensão no âmbito das relações internacionais. Reagan rompe bruscamente com o processo de polarização na direção Norte-Sul, deslocando-o para Leste-Oeste. A grande ameaça à ordem internacional e, sobretudo, aos Estados Unidos não é mais representada pelos países subdesenvolvidos, mas pela União Soviética e sua força militar.

A concentração em torno do novo foco inimigo leva a um certo esquecimento do chamado Terceiro Mundo dentro da política externa norte-americana: desaparece assim a necessidade de uma política reparadora do subdesenvolvimento. Ainda dentro da mesma concepção, passam a ser evitadas as referências a uma reestruturação do mercado internacional. Um novo pragmatismo, representado pelo atual governo norte-americano, toma assim o lugar da política doutrinária do governo anterior. Todas as questões importantes para a recuperação política e econômica dos Estados Unidos passam a ter um tratamento específico, ou seja, passam a ser manipuladas dentro de uma relação bilateral, caracterizada por protecionismos econômicos e pelo exercício de pressões de toda ordem sobre os seus aliados (Klare, 1981, p.1).

Uma tal prática está intimamente ligada à realização dos objetivos da política econômica de Reagan. Um pragmatismo conduzido dessa forma já se mostrou historicamente eficaz como protecionismo global da economia inglesa nos anos 30. Ele permite um grau máximo de atualização da disponibilidade de recursos financeiros a serem usados em investimentos internos.

Por outro lado, a própria dinâmica do desenvolvimento da tensão Leste-Oeste é descrita de forma a justificar a crescente autonomia da política externa dos Estados Unidos e as suas pressões, visando a obter de seus aliados uma reação de alinhamento automático (Pipes, 1980).

À medida que a política externa norte-americana consegue-se afirmar nas suas linhas fundamentais, reinventando a guerra fria, ela passa a jus-

² Ainda sobre a percepção norte-americana "oficial" da economia soviética ver: Sovmod, primeira versão elaborada em colaboração com a Stanford Research Institute e publicada em 1974/75 pelo WEFA - Wharton Econometric Forecasting Associates; Western Perceptives of Soviet Economic Trends, uma publicação do U.S. Government Printing Office, Washington, March, 1978.

tificar e, portanto, a conferir legitimidade, interna e externamente, aos investimentos na indústria bélica, o que é característica principal de seu esforço de recuperação econômica neste momento (Vorontsova, 1981, p.20).

A política do Governo Reagan tem como primeiro objetivo a reconquista das condições que no passado permitiram aos Estados Unidos um exercício hegemônico do poder no âmbito da comunidade internacional. Aquelas condições foram basicamente a superioridade militar e a autoridade política não contestável. Foi também um período que coincidiu com a maior expansão relativa de sua economia.

O cultivo da bipolaridade no eixo Leste-Oeste é hoje, para os Estados Unidos, o fundamento mais efetivo do aumento de seu poderio bélico. Por sua vez, sua capacidade militar converte-se, de imediato, no respaldo mais concreto ao exercício de uma política de confrontação. Como procurei demonstrar acima, esse círculo vicioso tem efeitos diretos e aparentemente positivos sobre uma economia que deve ser recuperada de sua crise. À medida que ela consegue provocar um estreitamento do espaço de ação de uma política independente de seus aliados, há não só uma mudança qualitativa no exercício do poder político por parte dos mesmos, mas, ainda, uma maior disposição a sacrifícios em função de ganhos para a economia norte-americana (Corn, 1981, p.1).

5 — Os Obstáculos à Hegemonia do Poder

Em todas as minhas observações nas unidades anteriores, tive o cuidado de não fazer referência às dificuldades enfrentadas por Reagan para a implantação de sua política. A intenção ali era de deixar aparecer, da forma mais simples possível, a lógica das articulações entre o projeto econômico e o projeto político do atual governo dos Estados Unidos.

Ora, como pode constatar o observador atento, as dificuldades que Reagan tem encontrado para levar à prática a sua política de reconstrução da hegemonia norte-americana se acumulam a cada momento. As oposições a uma tal política têm surgido tanto dentro como fora dos Estados Unidos. No seu interior, elas são formadas por algumas áreas do capital e também por algumas áreas da sociedade civil. Com relação ao capital, além dos protestos normais daqueles setores que se sentem prejudicados frente à definição de novas prioridades para os investimentos, podem ser observadas as insatisfações e as denúncias formuladas por aqueles capitais mais ligados ao comércio externo e com um maior índice de transnacionalização. Eles mostram-se temerosos de que o aumento da tensão nas relações internacionais e as práticas protecionistas e de pressão que vêm exercendo os Estados Unidos possam provocar medidas de retração, de autodefesa e mesmo de hostilidade com respeito aos interesses dos capitais vinculados à economia norte-americana. Este processo poderia ocorrer não só de parte de países industrializados, mas, ainda, de alguns integrantes da OPEP e mesmo de países de maior importância entre os subdesenvolvidos.

Dentro do próprio Estados Unidos, vários setores da sociedade têm-se manifestado ruidosamente contra o Presidente Reagan, sejam aqueles di-

retamente atingidos pelos cortes nos vários serviços de assistência, sejam aqueles que discordam de um projeto de crescimento econômico a qualquer preço ou ainda de uma política, cuja variável principal é a eminência da guerra com a União Soviética.

No exterior, as manifestações de crítica e de resistência à política norte-americana são mais intensas e radicais. As reações de parte dos governos são de desagrado, e mesmo de protesto, em função das posições assumidas pelos Estados Unidos no trato dos assuntos relativos à comunidade internacional. A bipolarização no sentido Leste-Oeste tem provocado um estreitamento da autonomia dos países ocidentais para o exercício de uma política de defesa de seus interesses específicos. Ainda no plano político, o novo pragmatismo, que privilegia o trato bilateral dos assuntos de política externa, tem dado oportunidade à prática de pressões, contra as quais se erguem frequentemente os protestos dos próprios governos (USA, 1981, p.128-29; Jornal do Brasil, 28 set.1982, p.12-3). Por outro lado, no plano econômico, o protecionismo de mercados e as altas taxas de juros têm criado dificuldades para muitos setores das economias nacionais e, igualmente, para governos. Assim, aquelas práticas têm sido alvo de protestos e de manifestações constantes de denúncia tanto dos países industrializados como daqueles do chamado Terceiro Mundo.

Essas são, contudo, só uma parte das manifestações contrárias à política do atual governo norte-americano. Além dos governos e das capitais, ainda podem ser observados movimentos de protesto e resistência formados por setores da sociedade civil. Nos países subdesenvolvidos, as manifestações mais significativas são as dos movimentos populares e/ou revolucionários. Ao darem combate às oligarquias nacionais e aos seus governos ditatoriais, eles desenvolvem uma política inequívoca e imediatamente antiimperialista, contestatória dos interesses dos Estados Unidos, aliados, muitas vezes, das forças repressivas que aqueles combatem (Kirpatrick, 1980).

Já nos países desenvolvidos, as manifestações da sociedade civil têm formas bastante distintas. Na Europa Ocidental, principalmente, elas se desenvolvem como reivindicação de autonomia para a defesa dos interesses nacionais, como contestação de um projeto de desenvolvimento social fundado exclusivamente nos interesses de ganho do capital, como protesto pela bipolarização das relações internacionais e exigindo, frequentemente, uma política nacional neutralista. Por fim, deve-se registrar aquela que se mostrou a mais expressiva de todas as manifestações sociais: a dos pacifistas, que, ao denunciarem o eminente perigo da guerra, manifestam o seu protesto contra uma política econômica fundada num plano de expansão sem precedentes na produção de armamentos.

Contrapor-se à corrida armamentista e, assim, ao fortalecimento militar norte-americano é uma forma de contestação direta das pretensões de poder hegemônico por parte dos Estados Unidos, uma vez que foi no respaldo de sua superioridade militar que esses no passado — nos anos que se seguiram ao término da Segunda Guerra — exerceram absolutos uma política imperial. O que talvez o pragmatismo de Reagan tente minimizar é o fato de que aquele período parece estar ainda bem presente na memória dos europeus e mesmo dos povos da periferia subdesenvolvida do capitalismo.

6 – Últimas Palavras

A história ensina que os Estados Unidos não buscam legitimidade para o exercício de uma liderança política através do diálogo com seus aliados, muito antes, procuram conquistar espaço para a prática de um poder hegemônico resultante da polarização que define a União Soviética como uma ameaça – ideológica, política e militar – permanente e limitadora das alternativas dos projetos de desenvolvimento nacional independentes dos países subdesenvolvidos.

A política do atual governo norte-americano tende a desconsiderar algumas dimensões relevantes dos elementos que determinam os interesses nacionais e a correlação de forças da comunidade internacional nos nossos dias.

Por um lado, o desenvolvimento das forças produtivas e o da disponibilidade material e tecnológica a elas acessíveis permitiram aos setores expressivos da sociedade civil de muitos países tanto um ganho qualitativo na definição de seus interesses nacionais como um maior grau de mobilização em torno dos mesmos.

Por outro lado, a concentração do capital em grandes empresas transnacionais fez com que os governos dos países de origem daquelas empresas, mais do que em qualquer outra época da história do capitalismo, se constituíssem em seus autênticos representantes.

O que se pode observar é que Reagan tem-se mostrado incapaz de considerar em sua estratégia política a capacidade de reação da sociedade civil norte-americana e de outros países, situados no espectro de sua influência. Em sua política externa, fica evidente que não é dada a atenção necessária ao fato de que hoje muitos governos fazem por confundir os interesses nacionais com os interesses globais do capital transnacional.

A médio e longo prazos, a política de Reagan poderá encontrar-se em dificuldades ainda maiores do que aquelas que levaram Carter a perder o governo. Por certo, as forças que o apoiam tenderão sempre a reagir com impetuosidade, e essa é a dimensão imponderável da ameaça que ele constitui à paz internacional.

Bibliografia

- ASSMANN, Hugo et alii. *A trilateral, nova fase do capitalismo mundial*. Petrópolis, Vozes, 1973.
- CORN, Georges. La prépondérance absolue du dollar. *Le monde Diplomatique*, [s.l.], out. 1981. p.1.
- CROZIER, Michael J. et alii. *The crisis of democracy: report on the governability of democracy to the trilateral commission*. New York, N.Y., University Press, 1975.

- DISCURSO do presidente Figueiredo na sessão de abertura da 37a. reunião anual da ONU. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 set. 1982. p.12-3.
- ÉTATS-UNIS: les nouveau cours. *Le monde Diplomatique*, [s.l.] nov. 1980. p.1.
- FERGUSON, Thomas. La grande bataille économique. In: *Le monde Diplomatique*, [s.l.] out. 1980. p.1.
- KLARE, Michael. Une nouvelle doctrine de contre-insurrection. *Le monde Diplomatique*, [s.l.] abr. 1981. p.1.
- KIRPATRIK, Jeane. Entrevista. *The New York Times*, New York, 7 dez. 1980.
- KLARE, Michael T. Une strategie de défense global pour l'Amérique forte". *Le monde Diplomatique*, [s.l.] set. 1981. p.1.
- LAVIGNE, Marie. Comment les conseillers de M. Reagan voient le poissance soviétique. *Le monde Diplomatique*, [s.l.] jan. 1981. p.1.
- McNAMARA, Robert. *Sécurité américaine et paix mondiale*. Paris, Fayard, 1968.
- MELANDRI, Pierre. *Les États-Unis face à l'unification de l'Europe (1945-1954)*. Paris, Pedone, 1980.
- THE NEW YORK TIMES. New York, 5 mar. 1981.
- PIPES, Richard. Soviete strategy in Europe. In: HOFFMANN, E. & FLERON, F. org. *The conduct of soviet foreing policy*. New York, Aldine, 1980.
- ROBERTS, James C. *The conservatives decade: emerging leaders of the 1980's*. Westport, Arlington House, 1980.
- SANGUINETTI, Antoine. *Le devoie de parler*. Paris, Fernand Nathan, 1981.
- SOUMOD. *Western perspectives of soviet economic trends*. Washington, U.S. Government Printing Office, 1978.
- Thompson, Edward P. L'ultime résistance. *Le monde Diplomatique*, [s.l.], jun. 1981. p.4.
- USA: fast muss man valium nehmen. *Der Spiegel*, [s.l.] 27 abr. 1981. p.134.
- VORONTSOVA, Svetlana. Convergences et contradictions entre la France et les États-Unis. *Le monde Diplomatique*, [s.l.] fev. 1981. p.20.
- WHITMAN, Marina. V. N. Carter's trilateral conspiracy. *The Christian Science Monitor*, [s.l.] 7 fev. 1977. p.13.